RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI N° 0566/2026

Declara de utilidade pública a Associação Amigos e Organizadores de Cavalgada da Palhoça, do Município de Palhoça e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Autor : Deputado Camilo Martins
Relator : Deputado Alex Brasil

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei nº 0566/2026, de autoria do Deputado Camilo Martins, que pretende declarar de utilidade pública estadual a Associação Amigos e Organizadores de Cavalgada da Palhoça, de Palhoça alterando, para tanto o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conforme justificativa apresentada pelo Autor, a entidade tem por finalidade promover, valorizar e difundir a cultura popular brasileira, especialmente os costumes regionais relacionados às cavalgadas e ao tropeirismo, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e histórico nacional. Busca fomentar a educação, a pesquisa, as atividades artísticas, culturais, científicas e desportivas, promover o intercâmbio entre instituições públicas e privadas, fortalecer a integração entre a comunidade e as organizações, bem como desenvolver projetos, estudos e ações voltados ao desenvolvimento cultural e educacional, em âmbito regional, nacional e internacional, sem fins econômicos.

A proposta foi lida no Expediente da Sessão Plenária do dia 15 de setembro de 2026 e encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça, em que fui designado relator, com base no inciso VI do art.130 do Regimento Interno deste Poder.

Nos autos do Projeto de Lei, encontram-se presentes o CNPJ; a ata de fundação; a ata da assembleia geral ordinária da eleição e posse da diretoria; o estatuto social; a declaração de funcionamento; a declaração de não remuneração dos membros da diretoria; a declaração do presidente da entidade atestando a não qualificação como OSCIP; e o relatório de atividades da entidade.

É o relatório.

II - VOTO

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se acerca da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, especialmente quanto ao atendimento dos requisitos formais previstos na Lei Estadual nº 18.269, de 2021, que "Dispõe sobre a concessão e

manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Diante da competência atribuída ao Colegiado, promovi a análise da documentação instrutória e verifiquei que foram cumpridos todos os requisitos legais relativos à espécie, estando a proposição, portanto, apta à sua regular tramitação neste Parlamento.

Ante o exposto, com fundamento nos regimentais arts. 72, I, 144, I, voto pela **ADMISSIBILIDADE** da continuidade de tramitação do **Projeto de Lei nº 0566/2026.**

Sala das Comissões,

Deputado Alex Brasil
Relator

ELEGIS
Sistema de Processo Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Alexander Brasil Alves Pereira**, em 27/10/2026, às 15:45.